

Cabral promoverá militar cassado

Nem tão ampla, nem tão irrestrita. Se prevalecer a fórmula para a anistia que se encontra na mesa de negociação do relator Bernardo Cabral, todos os cassados serão anistiados e promovidos, mas o retorno ao serviço ativo ficará condicionado ao "interesse da administração" e o pagamento dos atrasados obedecerá um cronograma a ser estabelecido pela União.

Esta proposta, de autoria do deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), é objeto de uma das 42 emendas apresentadas ao substitutivo constitucional a respeito do tema. Há emendas para todos os gostos: desde as que propõem a anistia a todos os cassados, retorno ao serviço ativo sem quaisquer restrições, promoções por todos os critérios e indenização correspondente aos proventos corrigidos a partir da data da punição, até as que suprimem qualquer referência ao assunto do texto constitucional.

No primeiro caso, estão as propostas assinadas pelos deputados Jorge Uqued (PMDB-RS), João

Paulo (PT-MG) e Haroldo Lima (PC do B-BA). No segundo, incluem-se as diversas emendas apresentadas pelo deputado Nilson Gibson (PMDB-PE). Entre os dois extremos, há fórmulas intermediárias como a patrocinada pelo MUP, dissidência do PMDB, visando que a volta dos cassados ao serviço ativo ficará condicionada à participação em cursos de atualização.

Outra proposta, assinada pelo senador Jamil Haddad (PSB-RJ), admite a promoção para todos os casos, exceto aqueles cujo critério adotado for o da escolha (caso dos generais). Esta emenda também exclui os generais do retorno ao serviço ativo, ao lado dos oriundos do círculo de praças.

Já o deputado Brandão Monteiro, líder do PDT na Câmara, preferiu delegar atribuições ao Poder Judiciário para decidir sobre o retorno ao serviço, as promoções e as indenizações devidas aos cassados. Nas três hipóteses, o prazo para deliberação será de 120 dias.

Os deputados Lysáneas Maciel (PDT-RJ) e José Dutra (PMDB-AM) subscreveram emendas estendendo a anistia aos trabalhadores, dirigentes e representantes sindicais do setor privado, punidos ou compelidos a afastarem-se de suas atividades, por motivação exclusivamente política. Para estes, como para os funcionários públicos civis e militares, a emenda determina que os salários correspondentes passem a ser pagos a partir da promulgação da nova Constituição.

A posição do Governo também foi expressa através de emenda do líder Carlos Sant'Anna. Pela proposta, serão anistiados os atingidos por atos de exceção, institucionais ou complementares — ficam de fora os marinheiros punidos por atos administrativos; não haverá retorno ao serviço ativo; as promoções ocorrerão na inatividade; e os efeitos financeiros só começarão na data em que a nova Carta entrar em vigor.

Ulysses apóia bancada maior para S. Paulo

O presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, defendeu ontem uma maior representação parlamentar de São Paulo na Câmara dos Deputados, "porque não pode haver pessoas órfãs de representação política". O apoio foi dado depois de um encontro com o governador paulista, Orestes Quêrcia, que argumentou que a representação legal, segundo o critério populacional, seria superior a 110 deputados paulistas. A legislação atual limita em 60 o número máximo de deputados por Estado.

O novo critério de representação política foi uma das questões defendidas por Orestes Quêrcia ontem junto ao presidente da Constituinte e junto ao relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Mas o ponto de maior interesse para o governador é o da reforma tributária, com favorecimento dos Estados e municípios.

Quêrcia disse ter conseguido a garantia de Bernardo Cabral de que o dispositivo que estabelece cobrança diferenciada de ICM, a critério dos Estados, será mantido no novo substitutivo. Outro tópico que também seria mantido é o de alíquota zero para impostos sobre energia elétrica e combustíveis.

O governador de São Paulo rebateu as críticas de que a reforma tributária prevista no projeto de Constituição inviabilizaria as contas da União. "Numa fase de descentralização é importante haver fortalecimento dos Estados e municípios, que também devem assumir maiores responsabilidades", destacou.



Governadores de 10 estados querem reformas

PEDRO IVO

A descentralização de poderes é inadiável

O encontro de nove governadores e um vice do PMDB, realizado no último dia 4 em Florianópolis, significou não só a primeira de uma série de reuniões que terão continuidade no final deste mês no Rio de Janeiro, mas sobretudo uma histórica tomada de posição de chefes de executivos estaduais diante de uma realidade político-administrativa brasileira que urge ser modificada dentro de uma ação democrática, inclusive pelo trabalho dos governantes em seus respectivos estados, pressionando pela manutenção dos dispositivos constitucionais, incluídos no texto do relator Bernardo Cabral, em favor de uma ampla reforma tributária e desconcentração de poder, hoje em mãos da União. Os governadores querem autonomia financeira em seus estados.

A avaliação do governador Pedro Ivo Campos, de Santa Catarina, anfitrião e eleito por unanimidade porta-voz do grupo,

União à ingovernabilidade, ao despropósito do déficit público e ao cumulativo endividamento, enquanto os estados e municípios enfrentam impotentes os reclamos dos cidadãos desatendidos".

Pedro Ivo reafirma que o principal problema do Brasil é a excessiva concentração, relacionando nada menos de sete: concentração da renda e da riqueza nas mãos de uns poucos proprietários e detentores; concentração dos benefícios do crescimento econômico em algumas áreas do território nacional e em favor de poucos segmentos sociais; concentração das poupanças financeiras no setor público, que se agiganta e invade todos os domínios da economia e da sociedade; concentração do poder nas mãos da União; concentração das decisões no âmbito do Executivo; concentração dos recursos na administração federal; concentração de investimentos, nem sempre produtivos, em áreas especialmente favoreci-

das.

O governador catarinense lembra que essa concentração desproporcionada e injusta nada mais é do que o resultado óbvio de um processo histórico de subdesenvolvimento espontâneo e errático, episódico e polarizado, cujos rumos não

podem ser corrigidos no curto espaço de um mandato, em que pesem os esforços realizados no atual governo e na Constituinte. E explica por que:

— O processo de redemocratização do País não se limita à legitimação do poder através da escolha de um presidente apoiado na vontade popular. Igualmente prioritária é a desconcentração do poder, sem o que a democracia, a Federação, a separação dos Poderes e a própria liberdade continuarão a ser meras realidades formais, sem que a expressão República Federativa do Brasil adquira, de fato, o seu real significado social, econômico e político.

Segundo ainda o chefe do executivo catarinense, ao longo de mais de duas décadas de autoritarismo, os esforços de desenvolvimento resultaram na convergência de três processos de centralização: o primeiro, em favor do governo central e em detrimento dos governos estaduais e locais, inviabilizando a Federação; o segundo, em torno do Executivo e em prejuízo dos demais Poderes do Estado, comprometendo o princípio constitucional do equilíbrio, independência e harmonia entre os mesmos; o terceiro, dentro da própria administração fe-

Sant'Anna tenta alianças até com Brizola e Lula

Com a timidez própria de quem inicia um namoro, os líderes do Governo, Carlos Sant'Anna, e do PDT, Brandão Monteiro, finalmente resolveram ontem marcar um encontro para a próxima semana, quando tratarão das possibilidades de adotar uma emenda sobre presidencialismo capaz de atender aos grupos que lideram. Foi um contato difícil e na última conversa mantida por telefone chegaram mesmo a ressaltar que não haverá compromisso, o que não deixa de ser um avanço para a situação atual. Afinal, até se falarem, precisaram usar alguns artifícios políticos.

Primeiro, Brandão Monteiro passou por Sant'Anna na Comissão de Sistematização e lembrou que ambos defendiam o presidencialismo. Depois perguntou: "Por que não conversamos?" De volta à liderança do Governo, Sant'Anna decidiu ligar ao PDT e pedir uma cópia da emenda ao chefe de gabinete, que, hábil, não deixou de informar



Sant'Anna busca aliados

sobre o interesse da outra parte. Ontem, Brandão ligou, e o encontro foi marcado.

A emenda do PDT, no julgamento de Sant'Anna, preserva o essencial do presidencialismo, na medida em que reserva ao Presidente da República a chefia do Estado e do Governo, além do comando das Forças Armadas, mantêm seus poderes na administração federal. Isso, na visão do líder governista, poderá levar a um acordo, pois o modelo não importa muito.

Ao tomar conhecimento de que Brandão Monteiro, cuja emenda traz a assinatura de diversos integrantes do PT, tem exigências a respeito do voto distrital e dos decretos-leis, Sant'Anna admitiu a possibilidade de fazer concessões.

Depois de conversar com os representantes do PMDB na Comissão de Sistematização sobre como votaria o tema sistema de governo, ele disse ter notado entre os parlamentaristas uma posição interessante: "Eles têm neste sistema o sonho do que seria ideal para o País, mas estão certos de que o melhor será fazer uma declaração de voto e ajudar a aprovar o presidencialismo".

Assim Sant'Anna se permitiu julgar uma melhora no quadro de avaliação de sua vitória com a emenda Theodoro Mendes, a favorita do Palácio do Planalto. "Faço um trabalho de formiga", definiu Sant'Anna, que excluiu de seus contatos os chamados parlamentaristas históricos.

SISTEMA

Se a votação sobre o sistema de governo se polarizar em plenário entre o presidencialismo e o parlamentarismo, a maioria dos 60 parlamentares que compõe a bancada paulista na Constituinte seguirá a posição do governador de São Paulo, que defende o presidencialismo nos moldes atuais com o fortalecimento do Legislativo. Esta avaliação foi feita ontem pelo próprio governador Orestes Quêrcia, logo depois de um rápido encontro com o relator Bernardo Cabral em sua residência na 6ª ferra. Ele garantiu, porém, que já existe uma fórmula de consenso que está sendo negociada entre os representantes das duas correntes na Constituinte, que revelaria para preservar as bases do acordo.

que espera ver brevemente concretizada a tese aprovada de se redistribuir entre as unidades federadas o poder judiciário, os recursos tributários e a competência a que têm direito os estados. A concentração do poder, das atribuições e dos recursos conduziu a

cais, inviabilizando a Federação; o segundo, em torno do Executivo e em prejuízo dos demais Poderes do Estado, comprometendo o princípio constitucional do equilíbrio, independência e harmonia entre os mesmos; o terceiro, dentro da própria administração fe-

deral em favor dos órgãos sediados em Brasília e em prejuízo das unidades periféricas, resultando na asfixiante burocratização, no inchamento e na quase completa inoperância da máquina governamental. E conclui Pedro Ivo: — Somos hoje uma extravagante Federação, na qual governadores e prefeitos eleitos pelo povo, porém desprovidos de autonomia decisória, de recursos para governar e de autodeterminação administrativa, são confinados entre a opção de meros espectadores impotentes diante da insatisfação dos seus governados e a igualmente desgastante situação de pedintes mal atendidos pela distante administração federal, pesadamente onerada pelos encargos recebidos do passado.

Estiveram presentes à reunião do último dia 4 os governadores Pedro Ivo Campos, de Santa Catarina; Orestes Quêrcia, São Paulo; Pedro Simon, Rio Grande do Sul; Newton Cardoso, Minas Gerais; Moreira Franco, Rio de Janeiro; José Aparecido, Distrito Federal; Marcelo Miranda, Mato Grosso do Sul; Max Mauro, Espírito Santo; Alvaro Dias, Paraná. Participou também da reunião o secretário da Fazenda de Goiás, Nilson Teixeira.

Governar não é fazer demagogia

Reconhecido mesmo pelos seus adversários mais ferrenhos como "uma das reservas morais de Santa Catarina", Pedro Ivo Campos tomou posse no governo de seu Estado a 15 de março deste ano trazendo um respeitável currículo político-administrativo: fundador e duas vezes presidente do MDB e posterior PMDB catarinense, deputado estadual (1967/71), deputado federal (1971/73), prefeito de Joinville (1973/76), deputado federal (1979/83). Mas foi na sua gestão à frente da Prefeitura de Joinville que o político Pedro Ivo ganhou notoriedade como administrador, baseado a sua ação em dois alicerces: austeridade e seriedade. Esta filosofia administrativa ele também imprime como chefe do executivo catarinense, eleito pelo voto direto.



Pedro Ivo: austeridade

Qual foi o primeiro passo para implantar a austeridade no seu governo?

— No dia seguinte à minha posse, isto é, a 16 de março deste ano, o meu primeiro ato como governador foi o de caracterizar que o ingresso nos quadros permanentes do serviço público só poderia ser efetuada através de concurso público.

Em que situação encontrou a administração estadual?

— O quadro que encontramos era bem pior do que esperávamos. E entendi ser meu dever à sociedade, em uma primeira prestação de contas. Essa atitude foi incorretamente avaliada por alguns, que insistiram em ver nela uma vingança.

Não acha que a vingança é inerente à atividade política?

— O exercício da vingança é prática fútil e pequena, enquanto a tarefa à nossa frente exige atitudes responsáveis, de grandeza e desprendimento. Não há mais tempo para a pequenez e o personalismo se nos, os catarinenses, realmente queremos resgatar o nosso Estado da falência e do derrotismo. A decisão é nossa. Para entendermos isso, precisamos estabelecer alguns pontos de raciocínio simples e lógico.

Pode enumerar esses pontos?

— Primeiro, que a situação em que o Estado se encontra não foi criada a partir de 15 de março. Ela já

estava pronta quando assumi o governo, com a folha de pagamento consumindo mais do que toda a arrecadação do ICM (ou seja, o Estado trabalhando para custear a sua administração), com uma dívida pagável e com a instituição do governo desacreditada, em clima de salve-se quem puder. E tantas têm sido as adversidades surgidas e detectadas nesses 150 dias desde a posse, que mal foi possível começar o trabalho que nos propusemos fazer, e vamos fazer. A simples crítica não muda esses fatos.

Constatou muitas irregularidades?

— Não bastasse a situação pré-falimentar em que o Estado se encontrava em 15 de março, diversas irregularidades no setor financeiro contribuíram para tornar ainda mais difícil o quadro dos primeiros dias da nova administração.

Pode dar exemplos?

— Em virtude de privilégio na liquidação de débitos a determinadas empresas empreiteiras de obras públicas, o governo anterior havia deixado de repassar, conforme determinação constitucional, a cota de participação dos municípios no ICM. O valor de C\$ 167 milhões deveria ter sido pago no dia 10 de março. Da mesma forma, não havia pago dois terços do gatilho dos funcionários, referente a fevereiro, no valor de 118 milhões. No Besc, haviam sido feitos saques a descoberto acima de C\$ 400 milhões. Além de outras, comprovou-se a existência de "Caixa 2" no Bescor, com desvio de re-

curso em prejuízo da saúde financeira da empresa.

Parodiando o poeta Drummond, é o caso de se perguntar: e agora, Pedro?

— A grande pergunta, na verdade a única pergunta sensata diante do impasse, é o que cada um pretende fazer, concretamente, para participar no encontro de uma saída. Reclamar do atual governo do Estado e cruzar os braços ou unir-nos na luta que, acredito, ninguém espera que o governo vença sozinho? Essa realidade de injustiças, de corrupção e incompetência administrativa gerando descrença precisa ser modificada urgentemente.

Então admite haver uma luzinha no fundo do túnel escuro?

— Não me ocorre outra saída além da comunhão do esforço de todos em torno do grande ideal comum de recuperarmos o nosso Estado, com abdicado temporária de alguns de nossos ideais pessoais, por mais lícitos e justos que sejam. E nós temos todas as condições de fazê-lo. %E

Com base em quê?

— Nós, os catarinenses, somos os titulares de um passado de lutas e conquistas, e de uma tradição de trabalho eficiente e organizado que avaliam qualquer sonho para o futuro. Somos os herdeiros de um patrimônio de teimosia determinação, a nós legado por uma gente cuja indobrável esperança atravessou o oceano, em condições muito mais precárias do que as que hoje temos. Essa fibra aqui foi plantada e aqui frutificou.

Já há resultados palpá-

veis do atual governo?

— Durante os primeiros 150 dias da nova administração, o Governo do Estado vem tomando inúmeras providências para melhorar o perfil da sua dívida, recuperando a credibilidade de Santa Catarina e criando condições para viabilizar tanto a máquina administrativa como o custeio das obras emergenciais.

E como está sendo equacionado o pagamento dos C\$ 6,427 bilhões da dívida externa que o seu governo encontrou?

— No início desta gestão, o Estado pagava 25 por cento dos valores de sua dívida externa, que venciam a cada mês. Os outros 75 por cento eram refinanciados pelo Banco do Brasil. Agora, a situação já é bem favorável. O Banco do Brasil passou a honrar integralmente o valor da dívida externa catarinense, tendo promovido, inclusive, uma restituição de C\$ 112 milhões. Embora isto não signifique a liquidação da dívida externa, pois o Estado passa a dever ao Banco do Brasil, o Governo está conseguindo melhorar sua situação financeira para poder honrar outros compromissos.

Quais as obras marcantes que pretende realizar em seu governo?

— De minha parte, ante a falência que recebi para administrar, não posso prometer, como não prometi em meu programa de governo, grandes obras. Prometo, isso sim, executar a qualquer preço uma obra que reputo imensa: moralizar a administração.

E a propalada "impopularidade" tão explorada por seus inimigos políticos?

— As forças que estamos enfrentando não são bem articuladas, manipulam em habilidoso proveito próprio a crise nacional (que também não começou agora) e exercem o mais fácil dos discursos, aquele que se limita a propor e reivindicar, sem ter a responsabilidade da execução. Mas não me preocupo em ganhar um concurso de popularidade paternalista e demagógica a cada pesquisa de opinião. A tarefa que me imponho não é e puidá prática de trocar favores por simpatias, mas a de governar com austeridade e de-